
DIREITO
DO ESTADO
EM DEBATE

Conselho Editorial

Aldacy Rachid Coutinho
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Celso Luiz Ludwig
Érica de Oliveira Hartmann
Eros Belin de Moura Cordeiro
Eroulths Cortiano Junior
Fernando Borges Mânica
Fernando Campos Scaff
Guilherme Roman Borges
Henrique Guelber de Mendonça
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Jair Lima Gevaerd Filho
Joe Tennyson Velo
Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
José Antônio Peres Gediel
Jozélia Nogueira
Leila Cuéllar
Manoel Caetano Ferreira Filho
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Ricardo Saavedra Hurtado
Rodrigo Luís Kanayama
Rodrigo Xavier Leonardo
Roland Hasson
Safira Orçatto Merelles do Prado
Sandro Marcelo Kozikoski

Comissão Editorial

Ana Elisa Perez Souza
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Luyza Marks de Almeida
Roberto Altheim
Vitor Acir Puppi Stanislawczuk

Coordenadoria de Estudos Jurídicos da PGE-PR

Luiz Henrique Sormani Barbugiani

DIREITO DO ESTADO EM DEBATE

REVISTA JURÍDICA

DA PROCURADORIA GERAL

DO ESTADO DO PARANÁ

2011

REVISTA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DO PARANÁ. Curitiba : PGE, 2011

v. 2 - 2011

Continuação da Revista da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, v. 1-6
(1987-1997)

ISSN : 1981-3465

1. DIREITO – PERIÓDICOS. I. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DO PARANÁ.

CDD – 340.05

CDU – 34 (05)

As opiniões e os entendimentos externados nos artigos, na jurisprudência comentada e no parecer são de responsabilidade exclusiva dos autores não se confundindo com o adotado pelo Conselho Editorial, Comissão Editorial ou pela instituição Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Todos os textos aqui publicados foram aprovados pelo sistema ‘double blind peer review’ por dois professores membros do Conselho Editorial, sem interferência da Comissão Editorial.



Antônia Schwinden (Coordenação), Glauce Midori Nakamura (Capa),
Ivone Chula dos Santos (Editoração Eletrônica)

Apresentação

O projeto de renovação e de reestruturação da Revista da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, iniciado no ano de 2010, com o reinício da publicação deste periódico, continua a se desenvolver com a divulgação de trabalhos jurídicos colhidos nas mais diversas fontes, dentre as quais se menciona o próprio quadro da nossa e de outras Procuradorias, sem nos esquecermos dos ilustres representantes de outros órgãos e instituições do mundo acadêmico que contribuíram para esta edição com o envio de material pertinente ao temário desta revista.

O trabalho de colheita e seleção do material jurídico direcionado ao periódico somente foi possível devido ao esforço dos membros da Comissão Editorial e do apoio da Coordenadoria de Estudos Jurídicos, além da colaboração imprescindível dos componentes do Conselho Editorial, estes escolhidos dentre os mais gabaritados profissionais do mundo jurídico com conhecimento profícuo nas variadas áreas do Direito.

Essa ampla distribuição e a divulgação dos artigos, dos comentários à jurisprudência e dos pareceres de interesse na área de Direito público, selecionados e consagrados pelo Conselho Editorial, ressaltam as diretrizes da instituição denominada Procuradoria Geral do Estado do Paraná, que não se preocupa apenas com a defesa do Estado em juízo ou com a Advocacia preventiva, visto que deseja, acima de tudo, propagar o conhecimento jurídico dos diversos ramos do direito e principalmente o debate democrático nessa seara.

A revista “Direito Público em Debate”, como o próprio nome sugere, indica uma ampla discussão jurídica salutar para o engrandecimento não só das Procuradorias Gerais do Estado, mas também dos demais órgãos de defesa do

poder público como a Advocacia Geral da União e outras instituições correlatas dos Municípios, incluindo os órgãos do Ministério Público e da Magistratura, que se preocupam notoriamente com o bem-estar social do povo brasileiro.

Após essas considerações, agradeço veementemente a todos os autores que encaminharam material para nossa revista e propiciaram a elaboração do mais novo exemplar do periódico de 2011, para o deleite de todos os operadores do direito.

Acrescento ainda que permaneço na esperança de que o conteúdo seja muito proveitoso e adequado aos estudos e à defesa do Direito público por todos os profissionais no âmbito jurídico, especialmente dentro do contexto democrático que vivenciamos em nosso país.

Curitiba, dezembro de 2011.

Julio Cesar Zem Cardozo
Procurador-Geral do Estado do Paraná

Sumário

| | |
|---------------------------|----------|
| Apresentação | 5 |
|---------------------------|----------|

Julio Cesar Zem Cardozo

I – Doutrina

Poder Executivo. Negativa de Aplicação de Lei Supostamente
Inconstitucional: Correntes Doutrinárias. Controvérsia.

| | |
|----------------------------------|-----------|
| <i>Miguel Ramos Campos</i> | <i>11</i> |
|----------------------------------|-----------|

As Guardas Municipais e o Poder de Polícia sob a Ótica do Estado
de Direito e da Constituição Federal

| | |
|---|-----------|
| <i>Marilda Watanabe de Mendonça</i> | <i>33</i> |
|---|-----------|

A Contratação de Serviços Complexos pela Administração Pública

| | |
|--|-----------|
| <i>Carlos Alexandre Dias da Silva.....</i> | <i>49</i> |
|--|-----------|

A (In)Constitucionalidade da Lei nº 9.882/99 e a ADPF Paralela
na Jurisprudência do STF

| | |
|--|-----------|
| <i>Bruno Moraes Faria Monteiro Belem</i> | <i>73</i> |
|--|-----------|

A Procuradoria do Estado no Contexto Constitucional Brasileiro

| | |
|--|------------|
| <i>Mércia Miranda Vasconcellos</i> | <i>101</i> |
|--|------------|

II – Jurisprudência

Jurisprudência Comentada

| | |
|--|------------|
| <i>Marcelo Henrique Pereira Marques.....</i> | <i>127</i> |
|--|------------|

III – Pareceres

Consulta acerca da incidência de ITCMD em valores investidos por meio de contratos de previdência privada – Natureza Jurídica de Investimento – Possibilidade de RESGATE – Valores aplicados e restituíveis ao investidor ou beneficiários (herdeiros) em caso de falecimento

Fabiana Yamaoka Frare..... 141